

FORMANDO A NAÇÃO: O PAPEL DOS PERIÓDICOS E DO IHGB NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DO BRASIL

Pedro Henrique Rodrigues Magri¹

Resumo: A história do Brasil e a história da imprensa nacional compõem uma única história que, reciprocamente, integram um imenso painel de interesses políticos diversos. Base fundamental de sustentação de múltiplos projetos, a imprensa serve de instrumentos para a propagação e legitimação de discursos políticos, quer seja por parte do Estado quer seja por parte daqueles que o combatem. Tendo em vista esse papel político da imprensa, o presente artigo objetiva analisar os meios de comunicação no Brasil observando os discursos políticos presentes nos periódicos brasileiros entre os anos de 1808 (data oficial da formação da imprensa no Brasil) e os anos que antecederam o golpe de 1964.

Palavras-Chave: Imprensa. Interesses políticos. História.

FORMING THE NATION: THE ROLE OF THE PERIODICS AND IHGB IN THE CONSTRUCTION OF BRAZILIAN'S HISTORY

Abstract: The history of Brazil and the history of the national press comprise a single history that being part of various political interest. Base for multiplies projects, the press is used for propagation of politician speeches, for state and for the people who fight against it. Considering the role of the press's political power, the present article aims to analyses the press on Brazil looking at the political speeches present on the Brazilian's newspaper between 1808 (the birth of

¹ Mestrando em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Endereço eletrônico: pedro.magri@hotmail.com.

the press on Brazil) and 1964, during the years before the military coup.

Keywords: Press. Political interest. History.

Breve Histórico sobre a Imprensa no Brasil

A imprensa no Brasil desde seu nascimento em 1808, com a chegada da Corte portuguesa, notabiliza-se por seu aspecto político. Levada a bordo do navio *Medusa*, o material gráfico chegou ao Brasil com a Família Real portuguesa e fora montado na casa do nobre Antônio Araújo, onde, somente em 31 de maio do mesmo ano, por ordem do imperador D. João VI, oficializou suas atividades gráficas no Brasil. Através de normas rígidas de fiscalização de suas práticas, todos os textos que atentassem contra o governo e a moral católica seriam imediatamente apreendidos por ordem de Antônio de Arrábida, do padre João Manzoni Carvalho e Melo, José da Silva Lisboa e todos os outros censores reais. Neste momento a censura era no Brasil era criada (SODRÉ, 1966, p. 22).

O *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário* (1808-1822), de propriedade de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, foi o primeiro jornal brasileiro. Mesmo com toda a censura que sofrera em várias edições por apresentar críticas contundentes à monarquia, reflexo da censura e da falta de liberdade de expressão do período, o periódico não era contrário ao modelo absolutista, chegando, inclusive, a defender a soberania lusitana em seus domínios através do apoio à Portugal no seu projeto de manter o território brasileiro unido. Além de fazer oposição à ideia de emancipação do Brasil, o *Correio Braziliense* defendia a moralização do governo vigente, a implantação do sistema representativo, garantia dos direitos individuais, o fim da escravidão e a implantação de uma monarquia constitucional. Ideias fortemente atreladas a valores tipicamente liberais (SANT'ANNA, 2010). No entanto, o *Correio Braziliense* não foi o único jornal

em circulação na colônia, em 10 de setembro de 1808 e em janeiro de 1813, outros dois importantes periódicos foram lançados: a *Gazeta do Rio de Janeiro* e *O Patriota*.

Totalmente financiado pelo governo português, a *Gazeta do Rio de Janeiro* atuava como um dos principais órgãos oficiais de difusão de informação da Coroa portuguesa. Em suas edições o periódico sempre se preocupava em trazer comunicados do governo, informações sobre a política internacional, a realidade europeia diante dos conflitos napoleônicos e notícias dos dias natalícios da família reinante (SANT'ANNA, 2010, p. 53). Mesmo sendo um jornal responsável por transmitir de maneira enaltecida as realizações da Coroa, nos anos que antecederam a independência, a *Gazeta* apoiava a emancipação brasileira de Portugal desde que a monarquia fosse mantida sob a figura do herdeiro da casa de Bragança.

Com o mesmo intuito, *O Patriota* atuava no Brasil produzindo textos relacionados à arte, cultura, filosofia e política. O periódico tinha com colaboradores homens diretamente vinculados ao governo, caso de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, Silvestre Pinheiro Ferreira, José Bonifácio de Andrada e Silva e Domingos Borges de Barros. Estes atuavam como: estadistas, funcionários públicos, militares e professores. Ainda sob essa perspectiva, outros periódicos, porém de menor importância, exerceram seu trabalho de suporte às ações da Coroa portuguesa. Dentre eles: *O Campeão Português* ou *O Amigo do Rei e do Povo*, de João Bernardo, e o jornal baiano *Idade d'Ouro do Brasil*, de Manuel Antônio da Silva Serva. Com a criação de todos esses jornais a Coroa portuguesa via na imprensa uma eficiente ferramenta de difusão de ideias doutrinária popular em prol da manutenção do conservadorismo político. No entanto, tal constatação se mostrou como uma espécie de "faca de dois gumes". Se de um lado, seus periódicos contribuíram para a concepção positiva da imagem do governo, de outro, os jornais de oposi-

ção em circulação na colônia também funcionavam com a mesma eficácia. O medo gerado pela possibilidade de que as ideias liberais poderiam insuflar os letrados a se rebelarem contra a Coroa portuguesa em favor de ideologias menos conservadoras fizeram com que a implantação da censura fosse uma prática necessária de coesão e manutenção da ordem colonial. O *Correio Braziliense* e outros jornais de menor influência, caso do *O Português*, sentiram “na pele” tais atos. O caso pode ser percebido no episódio ocorrido com algumas edições do jornal *Correio Braziliense*. Em decorrência de sua impressão em Londres, durante algum tempo o periódico teve que entrar clandestinamente no Brasil, driblando constantemente a fiscalização portuária.

Durante o primeiro reinado a imprensa brasileira conseguiu relativa liberdade frente ao poder governamental vigente. A Constituição de 25 de março de 1824 passou a vigorar e incluiu a seção que tratava das garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos, bem como a liberdade de expressão. Tais garantias foram formuladas segundo os preceitos da Monarquia Constitucional e davam direitos a uma imprensa livre de censura prévia.

Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa sem dependência de censura, contanto que haja de responder pelos abusos que cometerem no exercício desse direito, nos casos e pela forma que a lei determinar (Art.179, n. 4).

A constituição garantia que tais liberdades fossem asseguradas. No entanto, em 16 de dezembro de 1830, o Código *dos crimes e das penas*, inserido dentro do Código Criminal do Império, entrara em vigor com o intuito de condenar todos os abusos concernentes à liberdade de imprensa e os delitos relacionados à maior liberdade de expressão. Dos crimes públicos, definia:

Título I- os crimes contra a existência política do Império; Título II- tratava dos crimes contra o livre exercício dos poderes públicos; Título III- os crimes particulares em que estão incluídas a injúria e a calúnia; Título IV- os crimes contra a segurança interna do Império e a pública tranquilidade. O Código relacionava os delitos tipificados nesses títulos, se fossem provocados por impressos (litografias ou gravuras) que se distribuíssem a mais de 15 pessoas. Nesses casos, os infratores eram punidos com multa e prisão (CARVALHO, 1996, p. 2).

O código ainda tratava como crime todo e qualquer uso indevido da impressão, isto é, a ausência de referência a autores, fraudes nos dados de referência, falsas informações, calúnias, etc. Mesmo com todos esses mecanismos, ainda não podemos considerar a imprensa brasileira do período como livre de fato. O *Código dos crimes e penas* era frequentemente utilizado de maneira indevida. Atendendo muito mais aos interesses políticos do Estado, suas penalidades eram aplicadas apenas aos jornais que possuíam um discurso de oposição ao governo imperial. Tais fatores acabaram por caracterizar o reinado de D. Pedro I como um período extremamente autoritário (CARVALHO, 1996).

A imprensa nacional gozou de plena liberdade somente durante o Período Regencial (1831-1840), marcado pelo intervalo de nove anos entre os governos de D. Pedro I e D. Pedro II. Um fator que demonstra esse período de maior liberdade da imprensa nacional é justificado pela explosão dos pasquins, jornais de poucas páginas que possuíam um teor político forte exaltado. É notório perceber que em um dos períodos mais conturbados da história do Brasil, onde revoltas sociais brotam em todo o país: Bahia— Levante dos Malês (1835); Grão—Pará— Cabanagem (1835–1840); Bahia— Sabina (1837–1838); Rio Grande do Sul— Guerra dos Farrapos (1835–1845), coincide diretamente com o momento de maior liberdade de imprensa brasileira. Os jornais, antes concen-

trados em sua maior parte na capital, passam a ter maior difusão nas províncias, fazendo chegar aos municípios mais distantes toda a efervescência da capital. Foram estes pasquins e jornais liberais os principais responsáveis pela circulação das ideias emancipacionistas. Nas palavras de Octavio Penna Pieranti: “A imprensa não era fiscalizadora independente do poder público; alinhava-se, pelo contrário, com ele ou com a oposição, de forma clara e inequívoca, estimulando, como agravante, revoltas e atos de rebeldia armados” (PIERANTI, 2006, p. 6).

Vemos a atuação da imprensa brasileira do período cumprindo a função definida pelo historiador norte-americano Robert Darnton: “a imprensa é muito mais ingrediente dos processos históricos do que registro dos acontecimentos”. Se a imprensa propriamente não cria as revoltas, ao menos as estimula, inflama, motiva e, sobretudo, as divulga. A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Os impressos que no Brasil circularam em mais de duzentos anos ao testemunhar e registrar a nossa história constituíram parte intrínseca da formação do país (MARTINS; LUCA, 2008).

A imprensa atua diretamente na união entre as províncias totalmente isoladas do Brasil, permitindo a elas tomarem conhecimento do que se passa uma nas outras. Isso deu subsídio necessário para que revoltas sociais motivadas por ideais *antimonarquistas* ocorressem em todo o país. Esta é arma mais poderosa da imprensa, e o Estado português, consciente de tal poder, através da censura tentou a todo custo coibir. No momento de fragilidade da monarquia portuguesa, agravado pelas insurreições do Período Regencial, os jornalistas *antimonarquistas* souberam aproveitar a brecha fazendo funcionar o poderoso poder de persuasão que a imprensa possui.

Com a ascensão de D. Pedro II e a consolidação de seu governo no Brasil, os anos de censura aos jornais e pasquins

retornaram. “Não havia grande espaço para a oposição em sociedade cujos atores centrais valiam-se das armas para combater as letras” (PIERANTI; MARTINS, 2006, p. 7). O exemplo disso está presente nas experiências vividas pelo o jornal republicano cearense *O Barrete Frígido*, que em 1869 publicou em uma de suas edições a seguinte manchete: “Façamos a revolução. Fora o rei. Cuidado com o exército; onde ele predomina, a liberdade é uma mentira.” (SODRÉ, 1999, p. 211). Pouco tempo depois, a edição do jornal foi destruída e o seu diretor preso.

Apesar de superadas, as tensões geradas pelo período regencial ainda ecoavam durante o Segundo Reinado. Tendo novos levantes, D. Pedro II se deparava com um problema demasiado grande que representava uma ameaça ao seu poder: a manutenção da unidade nacional. O problema não era apenas político, o Brasil ainda não se via como nação constituída. Pernambucanos, baianos, gaúchos e paulistas não se sentiam, de fato, brasileiros. Este quadro se configurava como um fator extremamente favorável para que unidade territorial permanecesse instável. D. Pedro II e os membros do governo imperial já tinham a consciência da eficiência política da imprensa, por isso, em 1838, se concretiza o projeto de criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Com esse intuito, o IHGB surge como um projeto forjado pela elite pró-monarquista para tentar criar a partir da construção da história nacional o sentimento de nação que pudesse concretizar o projeto político de união das províncias brasileiras.

O Papel do IHGB na Construção de Uma História Oficial do Brasil.

A ideia de se criar um instituto histórico no Brasil é veiculada no interior da Sociedade da Indústria Nacional (SAIN), fundada em 1827. Com a marca do espírito iluminista, a SAIN

se propunha incentivar o progresso e o desenvolvimento brasileiro para tentar cumprir um papel integrador das diferentes regiões do país (GUIMARÃES, 1988). Motivado pela ideia de ser possível a consolidação e centralização do recém-formado Estado nacional brasileiro, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundado em 1838 a partir de um projeto idealizado pelo cônego Januário da Cunha Barbosa e pelo marechal Raimundo José da Cunha Matos. Para que este projeto fosse possível o IHGB ambicionava a formação de uma identidade nacional que pudesse integrar o país recém-surgido, visando a construção de uma história oficial do Brasil sobre a perspectiva de continuidade. Ou seja, para que esse projeto tivesse êxito era necessário escrever a história do Brasil mantendo os laços com Portugal, atribuindo a origem da civilização brasileira à colonização portuguesa iniciada no século XVI (GUIMARÃES, 1988).

Em 25 de Novembro de 1838, Januário da Cunha Barbosa na qualidade de primeiro-secretário do IHGB, expôs seu discurso levantando as duas principais diretrizes da instituição: a busca e arquivamento de documentos importantes para a história do Brasil e o incentivo ao ensino público de natureza histórica (MATOS, 1838). Tais diretrizes já demonstravam claramente os objetivos do IHGB. Se por um lado o instituto tinha a pretensão de centralizar no Rio de Janeiro as informações históricas sobre as diferentes regiões do Brasil, visando obter uma maior compreensão das províncias locais, de outro, havia o interesse em construir uma história oficial brasileira enaltecendo o período de D. Pedro II. Tal pretensão se evidencia no discurso do imperador no dia 15 de novembro de 1849 em relação ao instituto:

Sem dúvida, Senhores, que a vossa publicação trimestral tem prestado valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apreço, que também no novo merecem as aplicações da inteligência; mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é de mister que não

só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tende dedicado quase que unicamente, como também, pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertença digna realmente dos elogios da posteridade: não dividi pois as vossas forças, o amor à ciência é exclusivo, e concorrendo todos unidos para tão nobre, útil, e já difícil empresa, erijamos assim um padrão de glória à civilização da nossa pátria.

Pelo discurso do Imperador D. Pedro II podemos perceber a intenção política do IGHB. A primeira geração do instituto era composta por membros da elite comprometidos com o processo de consolidação da monarquia constitucional no Brasil. Sendo assim, a história nacional deveria servir como propaganda política imperial em prol da consolidação do processo de centralização monárquica. A nação brasileira, ainda em processo de formação, era representada no discurso do IGHB como uma civilização grande e gloriosa, que só permaneceria nessa condição se permanecesse unida sob a figura de uma monarquia. Para o IGHB, afastar de vez a ideologia republicana era impedir que no Brasil se desencadeasse o mesmo processo que fragmentou a América espanhola em diversos países. Essa nova história nacional escrita pelos historiadores do IGHB traria os subsídios necessários para que esta nação indivisível se consolidasse. Segundo Guimarães: “O historiador, na qualidade de esclarecido, deveria indicar o caminho da felicidade e realização aos seus contemporâneos: fiéis súditos da monarquia constitucional e da religião católica” (GUIMARÃES, 1988).

Para que o projeto de consolidação da nação brasileira desse certo era necessário estabelecer um mito de fundação para os povos habitantes do Brasil. Aos historiadores do IGHB cabia outra tarefa de difícil execução na árdua tarefa de consolidar o país: criar uma narrativa comum que delegasse uma origem geneticamente comum ao povo brasileiro. A partir dos trabalhos historiográficos do IGHB a gênese da identidade biológica brasileira pode enfim ser pensada.

Carl Friedrich Philipp Von Martius, médico, botânico, antropólogo e pesquisador alemão escreve em 1845 um artigo publicado no IHGB intitulado *Como se deve escrever a história do Brasil*. Este foi uma espécie de manual direcionando os historiadores da nova geração os orientando como deveriam representar a nação que estava emergindo. Nesta obra, a clássica teoria das três raças fundamentais que compõe o povo brasileiro, o branco (português) o negro (africano) e o índio, aparece pela primeira vez. Embora enalteça de maneira mais evidente a figura do português, atribuindo a esse o papel de portador da missão civilizadora que fez com que seu aspecto cultural se sobrepusesse às demais etnias, Von Martius não despreza a atuação dos índios e dos negros no processo de desenvolvimento da civilização brasileira.

Descritos como *a raça cor de cobre*, é válido ressaltar que Von Martius visa aproximar a figura indígena da cultura europeia, atribuindo a esta uma racionalidade, organicidade, unidade e complexidade cultural. A semelhança indígena com a cultura europeia descrita por Von Martius se deu através de língua comum a boa parte dos povos indígenas do Brasil (o *tupi* e *jê*²). Outro elemento aproximativo pode ser encontrado a partir das configurações hierárquicas indígenas (*pajés*, *caciques*, etc) que, por sua vez, são relativamente semelhantes à hierarquia social europeia do antigo regime. Visto desta forma, o índio, na descrição de Von Martius, deixa de ser observado sobre o espectro da barbárie e irracionalidade, este se encaixa na perspectiva de uma civilidade pré-

² No Brasil, embora os índios constituíssem centenas de povos distintos, sua língua era dividida em dois grandes troncos: o tupi e o *Macro-Jê*. Segundo Bittencourt & Ladeira (2000, p. 18) todos estes grupos indígenas têm diferenças entre si, mas possuem uma mesma língua de origem. Além desta proximidade que indica uma origem comum, estes grupos têm semelhanças na forma de sua organização social. Todos esses grupos possuem ou possuíram formas de organização internas características, sendo tradicionalmente agricultores e conhecedores das técnicas de tecelagem e cerâmica.

concebida. Quanto aos negros, embora não se refira a eles de forma valorativa, Von Martius reconhece sua contribuição para a construção da economia nacional em decorrência do importante papel desempenhado pela força de trabalho durante o período colonial e do império brasileiro.

Embora os trabalhos de Von Martius, diferente do que fez Francisco Adolfo de Varnhagen em sua *História Geral do Brasil*, valorizassem a atuação dos negros e índios na construção da civilização brasileira, ao português há sempre a atribuição de um local de maior destaque nesse processo, sendo atribuído a este o papel de carro chefe que impulsionará para frente à consolidação da nação. Nas palavras do autor:

Disso, necessariamente se segue o português, que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influi naquele desenvolvimento; o português, que deu condições e garantias morais e físicas para que um reino independente; que o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor" [...] O sangue português em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças índia e etiópica (MARTIUS, 1845).

Pelas palavras do autor fica evidente como a raça portuguesa, por portar o elemento da civilização, moral e inteligência, sobrepôs sua cultura a ponto de diluir, com o passar do tempo, os elementos de barbaridade e irracionalidade dos indígenas e negros.

Se o Brasil de 1845 ainda se encontra fragmentado do ponto de vista ideológico, onde cada província possui seus costumes, cultura e uma referência racial predominante (exemplo do Sul com os brancos, a Bahia com os negros e Grão-Pará com os índios), era necessária a escrita de uma história nacional que conseguisse dar o sentimento de brasilidade aos diferentes povos do Brasil. Uma história que con-

seguisse criar a consciência de que as elites provinciais constituíam um só povo: o povo brasileiro. Nesse sentido, para de Von Martius a história do Brasil deve ter em vista o papel construção de uma história que integre as regiões do país. O papel do historiador ao descrever e compreender a formação da sociedade brasileira deve estar inserido em um contexto universal, amplo e interligado. Como já dissemos o papel atribuído ao historiador também se dá no ponto de vista político. Além de procurar construir na história nacional que conecte as diferentes províncias as tornando integrantes de uma mesma história, cabe a ele conhecer tais províncias para melhor auxiliar o Estado a administrá-las. Ao historiador, através de uma narrativa de fácil compreensão popular, fica incumbida a função de construir todo seu discurso de amor pela pátria e apreço pela monarquia.

A Imprensa na República

A chegada da República permitiu a ascensão de outros grandes jornais no país, o *Jornal do Brasil* e *A Tribuna*. Se a censura já não se dava de maneira tão arbitrária quanto na época do Império, esta não perdera sua vocação política. Dezesete periódicos nacionais serviam ao Estado como difusores de sua ideologia, sendo que um deles era editado no exterior (PIERANTI, MARTINS, 2006, p. 8).

A República se consolidava através das oligarquias cafeeiras. A imprensa, agora situada muito mais em uma lógica empresarial, precisava arraigar fundos para sua sustentação. Os homens das letras facilmente se vendiam, se deixavam comprar pelo Estado para que os ânimos contra o governo se acalmassem. Simplificando o quadro, o Estado sustentava as redações e os jornais defendiam o Estado. Uma política de barganha surgia combinando perfeitamente bem com as práticas do período oligárquico. Marcada por interesses, no período da primeira república a grande bancada de parla-

mentares desempenhavam dupla função: legisladores e empresários da comunicação (SODRÉ, 1966).

A chegada da Era Vargas, entre idas e vindas, representou um retrocesso na liberdade de imprensa. O DIP, (Departamento de Imprensa e Propaganda) criado no Estado Novo (1937-1945), possuía dupla função: propaganda pró-governo e censura a qualquer meio de comunicação que se apresentasse de maneira subversiva. Os anos de imprensa livre, experimentada poucas vezes no processo histórico brasileiro, tinham terminado novamente. Utilizando-se de um forte e bem montado aparato de repressão, quase todos os veículos de comunicação funcionavam sobre intensa supervisão do governo acerca daquilo que era ou viria a ser divulgado para o público.

Com o fim do Estado Novo novamente o país viveu momentos de relativa liberdade, até a chegada da ditadura militar (1964-1985)³ Entre o fim do Estado Novo e o início da ditadura militar (1945-1964), a imprensa nacional se viu novamente desvencilhada da repressão do governo. No entanto, sua articulação junto ao jogo de interesses de outras forças políticas ainda se mantinha evidente. Podemos justificar tal afirmação apontando o caso de um dos mais renomados e difundidos jornais impressos do Rio de Janeiro nos anos 60, o *A Noite*.

Nos meses que antecederam as eleições de 1962, o *A Noite*, que antes defendera veementemente a posse do presidente Jango durante a Campanha pela Legalidade (1961), abandonou seu discurso pró-Jango para cair em contradição ao apoiar abertamente alguns candidatos do PSD e UDN (oposição ao governo) para os cargos de deputado estadual, deputado federal, vice-governador e governador nas eleições

³ Não pretendo estender a questão para além de 1964, tendo em vista que meu período de estudo compreende até os anos que antecederam o golpe.

correntes. Alguns nomes, como os de Edmundo de Macedo Soares (PSD), candidato ao governo do Rio e Janeiro; Lopo Coelho (PSD), candidato a vice-governador do Rio de Janeiro; Gilberto Marinho (PSD) e Juraci Magalhães (UDN), candidatos ao senado pela Guanabara; e, curiosamente, Carlos Lacerda (UDN), candidato à reeleição para governador da Guanabara que seria realizada somente em 1965, além de outros tantos candidatos a deputados federais e estaduais, têm seus respectivos nomes diariamente expostos nas principais páginas do periódico (DUTRA, 1963).

Analisando o caso do jornal *A Noite* mais a fundo, percebemos a influência de capital norte americano no episódio. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), órgão norte-americano que atuava em combate ao comunismo no Brasil, como afirma Eloy Dutra na CPI que investigou IBAD em 1963, para o pleito de 62, investiu aproximadamente 2 bilhões e 440 milhões de cruzeiros. Essa informação nos dá o elemento chave para compreendermos o porquê da mudança tão repentina do *A Noite* em relação ao seu apoio aos partidos contrário à Jango.

Segundo consta nos autos da CPI que investigou o IBAD, a ADEP e a Promotion investiram cerca de 5 milhões de cruzeiros para “alugar” por 90 dias a opinião política do *A Noite* nos três meses que antecederam as eleições de 62 (DUTRA, 1963). Através das citações extraídas do periódico, analisadas anteriormente, pudemos constatar que, de fato, o *A Noite* realmente ofereceu seu incondicional apoio à reeleição do governador Carlos Lacerda, principal rival presidente, e a diversos outros candidatos mencionados anteriormente. Todo dinheiro investido em 1962 objetivava frutos posteriores, as eleições presidenciais de 1965. Não foi a toa que *A Noite* disseminou em suas principais páginas diversas manchetes que traziam a tona à candidatura de Lacerda, e com manchetes que visavam enaltecer os feitos do governador. Com esse dinheiro advindo do IBAD e repassado pela ADEP,

o *A Noite* ficaria incumbido de construir um discurso favorável que promovesse a campanha dos diversos outros candidatos indicados pelo IBAD que fariam oposição ao governo de Jango. Em decorrência da enorme quantia de dinheiro que chegara à sua redação, subornando os editores e colunistas do jornal, não hesitou em se corromper ao mudar prontamente seu posicionamento político em relação ao presidente João Goulart.

O caso do jornal *A Noite*, resumidamente citado acima, foi apenas um exemplo das centenas de periódicos ao longo da história do Brasil que sucumbiram frente a dinheiro, influência e interesses políticos diversos. O mito de imparcialidade da imprensa cai por terra ao associarmos seu papel frente à história. Ao adquirir poder de narrativa, os meios de comunicação ganharam o poder de narrar a história como uma espécie de versão oficial daquilo que se pretende deixar para a posteridade. É a disputa de memória. Aliada ao poder político, a imprensa apresenta um poder devastador que até hoje está presente nos principais meios de comunicação do país.

Considerações finais

Ao analisar a trajetória da imprensa brasileira entre os anos de 1808, partindo do período joanino, fase onde esta foi implantada no Brasil, até 1964, percebemos que os periódicos em geral, desde a sua origem, vêm atuado como difusores de interesses políticos de determinados seguimentos sociais. A participação da imprensa a serviço da política se torna eficiente em decorrência do imaginário coletivo em torno da concepção equivocada que esta é detentora da verdade incontestável e imparcialidade.

Participante ativa do processo de construção política e histórica do Brasil, a imprensa possui função de suma importância na construção dos discursos oficiais. As narrativas da

imprensa se estruturam para transformar os discursos presentes em reportagens, colunas e notas em história. Agindo dessa maneira, os periódicos de concepções políticas diversas travam uma disputa intensa pela memória através de suas narrativas. O jogo de narrativas se configura de forma ávida e intensa, onde os discursos, ao se transformar em história, atuam em sintonia com o projeto político de seus respectivos interesses.

Referências

CARVALHO, Kátia de. Imprensa e Informação no Brasil, século XIX. *Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 1-6, 1996.

DUTRA, Eloy. *A Sigla da Corrupção*. Ed. Civiliz. Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1963.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. In: *Revista do IHBGB*. Rio de Janeiro, 12(16): 551 Out./Dez. 1849.

MARTINS, Ana Regina; LUCA, Tânia Regina. *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PIERANTI, Octavio Penna. *Nelson Werneck Sodré e "História da Imprensa no Brasil": uma Análise da Relação entre Estado e Meios de Comunicação de Massa*. Intercom– Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Brasília, p. 1-15. 6 a 9, set, 2006.

SANT'ANA, Benedita de Cássia Lima. Periódicos Oficiais Brasileiros e Imprensa de Língua portuguesa em Londres. São Paulo, *Revista Ecos*, p. 53-72, jun. 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.

VON MARTIUS, Karl Friedrich Phillip. *Como se Deve Escrever a História do Brasil*. O Estado de Direito entre os autóctones do Brasil. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/ EDUSP, 1982.

[Recebido: 09 ago. 2016 — Aceito: 10 nov. 2016]